373R3573

28. 12. 73 Jornal Oficial das Comunidades Europeias Nº L 359/1

REGULAMENTO (CEE) Nº 3573/73 DO CONSELHO

de 17 de Dezembro de 1973

relativo à aplicação da Decisão nº 2/73 do Conselho de Associação (CEE-Turquia) que altera a Decisão nº 5/72, de 29 de Dezembro de 1972, relativa aos métodos de cooperação administrativa para aplicação dos artigos 2º e 3º do Protocolo adicional ao Acordo de Ancara

O CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tento em conta o Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 113º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando que o acordo provisório entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia (1), assinado em Ancara em 30 de Junho de 1973 põe antecipadamente em vigor algumas disposições do Protocolo complementar ao Acordo de Associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia, devido à adesão de novos Estados-membros à Comunidade;

Considerando que, tendo em atenção a nova situação assim criada a Decisão nº 5/72 do Conselho de Associação, de 29 de Dezembro de 1972, relativa aos métodos de cooperação administrativa para aplicação dos artigos 2º e 3º do Protocolo adicional ao Acordo de Ancara (2), foi alterada pela Decisão nº 2/73 do Conselho de Associação;

Considerando que é, pois, necessário tomar as medidas que a aplicação da Decisão nº 2/73 implica e, em particular, adaptar consequentemente o Regulamento (CEE) nº 428/73 do Conselho, de 5 de Fevereiro de 1973, relativo à aplicação das Decisões nºs 5/72 e 4/72 do Conselho de Associação previsto pelo Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia (3),

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No que respeita aos métodos de cooperação administrativa, para aplicação dos artigos 2º e 3º do Protocolo adicional ao Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia, a Decisão nº 2/73 do Conselho de Associação anexa ao presente regulamento é aplicável a partir de 1 de Janeiro de 1974.

Artigo 2º

O segundo parágrafo do artigo 1º do Regulamento (CEE9 nº 428/73 é suprimido.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas em 17 de Dezembro de 1973.

Pelo Conselho

O Presidente

J. CHRISTENSEN

(1) JO nº L 277 de 3.10.1973, p. 2.
(2) JO nº L 59 de 5.3.1973, p. 74.
(3) JO nº L 59 de 5.3.1973, p. 73.

DECISÃO DO CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO Nº 2/73

que altera a Decisão nº 5/72, de 29 de Dezembro de 1972, relativa aos métodos de cooperação para aplicação dos artigos 2º e 3º do Protocolo adicional ao Acordo de Ancara

O CONSELHO DE ASSOCIAÇÃO,

Tendo em conta o Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia,

Tendo em conta o Protocolo adicional e, nomeadamente, o seu artigo 4º,

Considerando que foi assinado, em 30 de Junho de 1973, um protocolo complementar e, na mesma data, um Acordo transitório com o propósito de pôr em vigor antecipadamente determinadas disposições do protocolo complementar relativas às trocas de mercadorias;

Considerando que a Decisão nº 5/72, de 29 de Dezembro de 1972, fixou os métodos de cooperação administrativa para aplicação dos artigos 2º e 3º do Protocolo Adicional;

Considerando que, por força do artigo 1º do Protocolo complementar e do artigo 1º do Acordo transitório, essas disposições aplicam-se igualmente às trocas de mercadorias entre os novos Estados-membros e a Turquia;

Considerando que a Turquia aplica, por força do disposto no artigo 11º do protocolo complementar e no artigo 4º do Acordo transitório, até 1 de Julho de 1977, relativamente aos novos Estados-membros, direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente diferentes dos aplicáveis, ao abrigo das disposições do protocolo adicional, à Comunidade na sua composição originária, e que, por isso, importa adaptar os métodos de cooperação administrativa de forma a assegurar a aplicação correcta das disposições acima mencionadas,

DECIDE:

Artigo 1º

A Cecisão nº 5/72 de 29 de Dezembro de 1972 é alterada como segue:

a) São aditados os artigos 14º e 15º, com a seguinte redacção:

«Artigo 14º

Até 1 de Julho de 1977, as autoridades aduaneiras do Estado de exportação tomam as medidas necessárias para que os certificados de circulação A TR 1 e A TR 3 que emitirem mencionem que as mercadorias a que respeitam obtiveram o carácter de mercadorias que reúnem as condições mencionadas nos artigos 2º e 3º do Protocolo na Comunidade na sua composição originária ou num novo Estado-membro.

«Artigo 15º

As mercadorias que, reunindo as condições previstas no artigo 2º do Protocolo adicional, forem exportadas de um novo Estado-membro ou da Turquia após a assinatura do Protocolo complementar e que, à data da entrada em vigor do Acordo transitório, estejam em curso de transporte ou submetidas, na Turquia ou noutro Estado-membro, aos regimes de depósito provisório, de entreposto aduaneiro ou de zona franca, podem beneficiar das disposições do Acordo transitório, desde que seja apresentado — no prazo de quatro meses a contar dessa data — nos serviços aduaneiros do Estado de importação um certificado A TR 1, visado «a posteriori» pelas autoridades competentes do Estado de exportação bem como os documentos comprovativos do transporte directo»;

b) No título dos modelos dos formulários de certificados de circulação de mercadorias A TR 1 e A TR 3, que figuram em anexo à Decisão nº 5/72, são aditadas as seguintes palavras:

«MOVEMENT CERTIFICATE» «VARECERTIFIKAT»

As palavras «MALLARIN TEDAVÜL BELGESI»são substituídas por:«MALLARIN DOLASIM GELGESI»

e as palavras «CERTIFICATO PER LA CIRCOLAZIONE DELLE MERCI» são substituí por:

«CERTIFICATO DI CIRCOLAZIONE DELLE MERCI»

Artigo 2º

Os formulários dos certificados de circulação de mercadorias A TR 1 e A TR 3 conformes com os antigos modelos podem continuar a ser utilizados até se esgotarem as quantidades existentes.

Artigo 3º

Os textos dos formulários de certificados de circulação de mercadorias A TR 1 e A TR 3 emitidos em línguas inglesa e dinamarquesa que figuram em anexo à presente decisão, podem ser utilizados nas mesmas condições que os textos originais.

Artigo 4º

O disposto na presente decisão aplica-se a partir da data de entrada em vigor do Acordo transitório assinado em 30 de Junho de 1973.

Feito em Bruxelas em 17 de Dezembro de 1973.

Pelo Conselho de Associação

O Presidente

N. ERSBØLL

E.E.C. – TURKEY ASSOCIATION

A.TR.1

MOVEMENT CERTIFICATE

VARECERTIFIKAT | **WARENVERKEHRSBESCHEINIGUNG**
CERTIFICAT DE CIRCULATION DES MARCHANDISES | **CERTIFICATO DI CIRCOLAZIONE DELLE MERCI**
CERTIFICAAT INZAKE GOEDERENVERKEER | **MALLARIN DOLAŞIM BELGESİ**

A 000000

DECLARATION BY THE EXPORTER

I, the undersigned, ...
(Surname and forename or name of firm and full address of exporter)

..... exporter of the goods described below:

Serial Number	PACKAGES (1)		DESCRIPTION OF GOODS	Gross weight (kg) or other measure (hl, cu.m, etc.,)
	Marks and numbers	Number and kind		
1	2	3	4	5

Total number of packages (col. 3) .....
and total quantities (col. 5) ..... } (in words)

Remarks (2):

declare that these goods situated in

.....

meet the conditions required for the issue of this certificate (3)

Country of destination (4) .....

.....
(Place and date of signature)

.....
(Signature of exporter)

(Optional information)

Consignment dated ..... No. .....

CUSTOMS ENDORSEMENT

Declaration certified:

Export document:

Type ..... No. .....

date .....

Customs Office .....

Official stamp

Date .....

.....
(Signature of customs officer)

(1) For goods in bulk indicate the name of the ship or the number of the railway wagon or road vehicle.
(2) Among the remarks to be entered in this space, insert where appropriate "Compensatory Levy—Turkey", as provided for under note I (1) (c) and (d) overleaf.
(3) See notes overleaf.
(4) Insert the Member State or Turkey.

REQUEST FOR VERIFICATION

The undersigned customs officer requests verification of the authenticity and accuracy of this certificate.

.....
(Place and date of signature)

Official stamp

.....
(Signature of customs officer)

RESULT OF VERIFICATION

Verification carried out by the undersigned customs officer shows that this movement certificate:

1. was issued by the customs office indicated and that the information contained therein is accurate (1);
2. does not meet the requirements as to authenticity and accuracy (see notes appended) (1).

.....
(Place and date of signature)

Official stamp

.....
(Signature of customs officer)

(1) Delete as necessary.

I. GOODS FOR WHICH A MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 1 MAY BE ENDORSED

1. A movement certificate A. TR. 1 may be endorsed only for goods which, in the exporting State, fall within one of the following categories:

   (a) goods produced in the exporting State, including those obtained or produced wholly or partly from products on which the applicable customs duties or charges having equivalent effect have been levied and which have not benefited from a total or partial drawback of such duties or charges;

   (b) goods in free circulation in the exporting State, (goods coming from a third country, in respect of which import formalities have been complied with and any customs duties or charges having equivalent effect have been levied, and which have not benefited from a total or partial drawback of such duties or charges);

   (c) goods obtained or produced within the exporting State, and in the manufacture of which have been used products on which the applicable customs duties or charges having equivalent effect have not been levied or which have benefited from a total or partial drawback of such duties or charges, subject to the collection, where appropriate, of the compensatory levy prescribed for them;

   Note: The statement "Compensatory Levy—Turkey" must appear on all movement certificates A. TR. 1 for goods obtained or produced in the Community from products coming from a third country on which the applicable customs duties and charges having equivalent effect have not been levied in either the Community or Turkey.

   (d) goods originally imported from a State party to the Agreement and which on exportation fall within one of the categories (a), (b) or (c) above.

   Note: In the case of goods originally imported into the exporting State under the cover of a movement certificate bearing the statement "Compensatory Levy—Turkey", the movement certificate or certificates A. TR. 1 issued in lieu of the latter must also bear the statement "Compensatory Levy—Turkey".

2. Agricultural products must also comply with the additional origin conditions laid down for them.

3. Movement certificates A. TR. 1 may not be endorsed for goods originally imported from a third country under a preferential customs system because of their country of origin or place of consignment.

II. SCOPE OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 1

The movement certificate A. TR. 1 may be used only if the goods to which it relates are transported direct from the exporting State to the importing State.

The following shall be considered as transported direct from the exporting State to the importing State:

(a) goods transported without passing through territories other than those of the Community or Turkey;

(b) goods transported through territories other than those of the Community or Turkey or with transhipment in such territories provided that carriage through such territories or transhipment is covered by a single transport document made out in the Community or Turkey.

Note: Before requesting endorsement of movement certificate A. TR. 1 by the customs authorities of the exporting State, the exporter must satisfy himself that the goods will in fact be transported direct to the importing State. Goods not transported direct are eligible for preferential treatment only if a movement certificate A. TR. 3 is produced.

III. RULES FOR COMPLETING THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 1

1. The movement certificate A. TR. 1 must be completed in one of the languages in which the Agreement is drawn up and shall comply with the internal laws of the exporting State. Where the certificate is completed in Turkish, it may also be completed in one of the official languages of the Community.

2. The movement certificate A. TR. 1 must be typed or handwritten; if the latter it must be completed in ink in block letters. It must not contain any erasure or superimposed correction. Any alteration must be made by deleting the incorrect particulars and adding any necessary corrections. Any such alteration must be initialled by the person who completed the certificate and endorsed by the customs authorities.

3. Each item listed in the movement certificate A. TR. 1 must be preceded by a serial number. A horizontal line must be drawn immediately after the last entry. Unused space must be struck through so as to make any later addition impossible.

4. Goods must be described in accordance with commercial usage and in sufficient detail to enable them to be identified.

5. The exporter or the carrier may complete the part of the certificate reserved for the declaration by the exporter by a reference to the transport document. It is also recommended that the exporter or the carrier show on the transport document covering the despatch of the goods the serial number of the movement certificate A. TR. 1.

IV. EFFECT OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 1

When properly used, the movement certificate A. TR. 1 enables the goods described therein to benefit in the importing State from the progressive elimination of customs duties, quantitative restrictions and all other measures having equivalent effect. However, when the movement certificate bears the statement "Compensatory Levy—Turkey", goods described therein shall not be eligible for this preferential treatment in the Member States of the E.E.C.

The customs authorities of the importing State may, if they consider it to be necessary, require any other documentary evidence and in particular transport documents under cover of which the goods were dispatched.

V. TIME LIMIT FOR SUBMISSION OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 1

The movement certificate A. TR. 1 must be produced at the customs office of the importing Member State where the goods are presented, within a period of three months from the date of endorsement.

A.TR.3

E.E.C.-TURKEY ASSOCIATION

MOVEMENT CERTIFICATE

VARECERTIFIKAT

WARENVERKEHRSBESCHEINIGUNG

CERTIFICAT DE CIRCULATION DES MARCHANDISES

CERTIFICATO DI CIRCOLAZIONE DELLE MERCI

CERTIFICAAT INZAKE GOEDERENVERKEER

MALLARIN DOLAŞIM BELGESİ

DECLARATION BY THE EXPORTER

I, the undersigned, ...
(Surname and forename or name of firm and full address of exporter)

..... exporter of the goods described below:

Serial number	PACKAGES (1)		Detailed description of goods	Tariff number	Gross weight	Net weight (kg) or other measure (hl,cu.m,etc.)
	Marks and numbers	Number and kind				
1	2	3	4	5	6	7

Total number of packages (col. 3) .....
and total quantities (col. 6) ..... } (in words)

Remarks (2):

declare that these goods situated in .....
meet the conditions required for the issue of this certificate (3)

Place of loading .....

Dispatched on ..... No. .....
(date)

Country of destination of goods at the time of exportation .....

At .....
(Place and date of signature)

.....
(Signature of exporter)

(1) For goods in bulk indicate the name of the ship or the number of the railway wagon or road vehicle.

(2) Among the remarks to be entered in this space, insert where appropriate "Compensatory Levy—Turkey", as provided for under note I (1) (c) and (d) on the last page of this certificate.

(3) See notes on the last page of this certificate.

SECTION RESERVED FOR THE CUSTOMS AUTHORITIES OF THE EXPORTING STATE **A 000000**

RESULT OF CUSTOMS EXAMINATION AND INDICATION OF MEANS OF IDENTIFICATION (1)

Declaration certified

Export document: Type..... No. ..... Date .....

Customs office .....

Date .....

Official stamp

.....

(Signature of customs officer)

(1) In this space the customs authorities of the place of exportation should give the result of their examination with any details which may facilitate identification of the goods. They must also indicate any special identification measures such as sealing, stamping, etc., which they have taken. Where supporting items of the type referred to in Note III (5) overleaf (photographs, plans, samples of woven fabric, etc.) are attached, the customs office must stamp them in such a way that a part of the official stamp is imprinted on the actual certificate A. TR. 3.

Spaces not used must be struck through in order to prevent later additions.

REQUEST FOR VERIFICATION

The undersigned customs officer requests verification of the authenticity and accuracy of this certificate.

.....
(Place and date of signature)

Official stamp

.....
(Signature of customs officer)

RESULT OF VERIFICATION

Verification carried out by the undersigned customs officer shows that this movement certificate:

1. was issued by the customs office indicated and that the information contained therein is accurate (1);
2. does not meet the requirements as to authenticity and accuracy (see notes appended) (1).

.....
(Place and date of signature)

Official stamp

.....
(Signature of customs officer)

(1) Delete as necessary.

I. GOODS FOR WHICH A MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 3 MAY BE ISSUED

1. A movement certificate A. TR. 3 may be issued only for goods which in the exporting State, fall within one of the following categories:

   (a) goods produced in the exporting State, including those obtained or produced wholly or partly from products on which the applicable customs duties or charges having equivalent effect have been levied and which have not benefited from a total or partial drawback of such duties or charges;

   (b) goods in free circulation in the exporting State, (goods coming from a third country, in respect of which import formalities have been complied with and any customs duties or charges having equivalent effect have been levied, and which have not benefited from a total or partial drawback of such duties or charges);

   (c) goods obtained or produced within the exporting State, and in the manufacture of which have been used products on which the applicable customs duties or charges having equivalent effect have not been levied or which have benefited from a total or partial drawback of such duties or charges, subject to the collection, where appropriate, of the compensatory levy prescribed for them;

   Note: The statement "Compensatory Levy—Turkey" must appear on all movement certificates A. TR. 3 for goods obtained or produced in the Community from products coming from a third country and on which the applicable customs duties and charges having equivalent effect have not been levied in either the Community or Turkey.

   (d) goods originally imported from a State party to the Agreement and which on exportation fall within one of the categories (a), (b) or (c) above.

   Note: In the case of goods originally imported into the exporting State under the cover of a movement certificate bearing the statement "Compensatory Levy—Turkey", the movement certificate or certificates A. TR. 3 issued in lieu of the latter must also bear the statement "Compensatory Levy—Turkey".

2. Agricultural products must also comply with the additional origin conditions laid down for them.

3. Movement certificates A. TR. 3 may not be issued for goods:

   (a) which, in accordance with the provisions applicable to them, must be transported direct from the exporting State to the importing State;

   (b) which were originally imported from a third country under a preferential customs system because of their country of origin or place of consignment.

II. SCOPE OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 3

A movement certificate A. TR. 3 may be used in all cases where a movement certificate A. TR. 1 cannot be used owing to the fact that the goods are not transported direct from the exporting State to the importing State:

The following shall be considered as transported direct from the exporting State to the importing State:

(a) goods transported without passing through territories other than those of the Community or Turkey;

(b) goods transported through territories other than those of the Community or Turkey or with transhipment in such territories provided that carriage through such territories or transhipment is covered by a single transport document made out in the Community or Turkey.

In particular, the movement certificate A. TR. 3 may be used for goods exported from a State party to the Agreement to a country not party to the Agreement, from which they are liable to be re-exported subsequently to a State party to the Agreement.

III. RULES FOR COMPLETING THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 3

1. The movement certificate A. TR. 3 must be completed in one of the languages in which the Agreement is drawn up and shall comply with the internal laws of the exporting State. Where the certificate is completed in Turkish, it may also be completed in one of the official languages of the Community.

2. The movement certificate A. TR. 3 must be typed or handwritten; if the latter it must be completed in ink in block letters. It must not contain any erasure or superimposed correction. Any alteration must be made by deleting the incorrect particulars and adding any necessary corrections. Any such alteration must be initialled by the person who completed the certificate and endorsed by the customs authorities.

3. The "declaration by the exporter" on the second page of the movement certificate A. TR. 3 must be completed in full. In particular, the place of loading, the date of dispatch and the country of destination at the time of export must be stated.

4. Each item listed in the movement certificate A. TR. 3 must be preceded by a serial number. A horizontal line must be drawn immediately after the last entry. Unused space must be struck through so as to make any later addition impossible.

5. Goods must be described in accordance with commercial usage and great detail so as to ensure that they can be identified easily. The description of the goods must include the number of the tariff heading applicable to each item.

   The exporter must include with the movement certificate A. TR. 3 all documents such as plans, drawings, photographs or commercial prospectuses, etc., which may help identification. If they consider it necessary, the customs authorities of the exporting country shall annex these documents to the movement certificate A. TR. 3.

IV. EFFECT OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 3

A movement certificate A. TR. 3 enables the goods described therein to benefit from the progressive elimination of customs duties, quantitative restrictions and all other measures having equivalent effect, where there is no doubt that the goods actually imported are those described in that movement certificate A. TR. 3. However when the movement certificate A. TR. 3 bears the statement "Compensatory Levy—Turkey", goods described therein shall not be eligible for this preferential treatment in the Member States of the E.E.C. The customs authorities of the importing State may require submission of any supporting evidence if they consider there is doubt as to the identity of the goods and may exclude the goods from the progressive elimination of customs duties, quantitative restrictions and all measures having equivalent effect if satisfactory evidence cannot be produced.

V. TIME LIMIT FOR SUBMISSION OF THE MOVEMENT CERTIFICATE A. TR. 3

The movement certificate A. TR. 3 must be submitted to the customs authorities of the importing State within a period of six months from the date of issue. It shall be valid only for the quantities of goods presented in that State during those six months.

ASSOCIERING E.Ø.F. – TYRKIET

A.TR.1

VARECERTIFIKAT

WARENVERKEHRSBESCHEINIGUNG | **MOVEMENT CERTIFICATE**
CERTIFICAT DE CIRCULATION DES MARCHANDISES | **CERTIFICATO DI CIRCOLAZIONE DELLE MERCI**
CERTIFICAAT INZAKE GOEDERENVERKEER | **MALLARIN DOLAŞIM BELGESİ**

A 000000

EKSPORTØRENS ERKLÆRING

Jeg underskrevne .....
(Eksportørens navn og fornavn eller virksomhedens navn samt fuldstændig adresse)

..... eksportør af de nedenfor beskrevne varer:

Løbenr.	KOLLI (1) Mærker og numre	KOLLI (1) Antal og art	VAREBESKRIVELSE	Bruttovægt (kg) eller andet mål (hl, m³, m.v.)
1	2	3	4	5

Antal kolli i alt (spalte 3) ..... } (skrevet med bogstaver)
Samlet mængde (spalte 5) ..... }

Bemærkninger (2)

erklærer, at de ovenfor anførte varer, som befinder sig i

.....

opfylder forudsætningerne for at opnå dette certifikat (3)

Bestemmelsesland (4)

....., den .....
(sted) (dato)

.....
(Eksportørens underskrift)

(Udfyldning ikke obligatorisk)

..... nr. .....

TOLDVÆSENETS PÅTEGNINGER

Rigtig og bekræftet erklæring

Udførselsdokument:

Formular ..... nr. .....

Dato .....

Toldkammer .....

Toldkamrets stempel

den .....
(dato)

.....
(Tjenestemandens underskrift)

(1) For styrtgods oplyses henholdsvis skibets navn, jernbanevognens eller lastvognens nummer.
(2) Her anføres bl. a. i påkommende tilfælde »Udligningsafgift-Tyrkiet«, således som fastsat i note I, stk. 1, c) og d) på bagsiden.
(3) Se noterne på bagsiden.
(4) Anfør medlemsstaten eller Tyrkiet.

ANMODNING OM UNDERSØGELSE

Undertegnede toldmyndighed anmoder om undersøgelse af dette certifikat med hensyn til ægtheden og rightigheden

....., den .....
(sted) (dato)

Toldkamrets stempel

.....
(Tjenestemandens underskrift)

RESULTATET AF UNDERSØGELSEN

Toldmyndighedens undersøgelse har vist, at

1. dette certifikat er udstedt af det angivne toldkammer, og at angivelserne i det er rigtige (1);
2. dette certifikat ikke opfylder de stillede krav med hensyn til ægthed og rigtighed (se vedføjede bemærkninger) (1).

....., den .....
(sted) (dato)

Toldkamrets stempel

.....
(Tjenestemandens underskrift)

(1) Det ikke gældende udstreges.

I. VARER, FOR HVILKE VARECERTIFIKAT A. TR. 1 KAN UDSTEDES

1. Varecertifikat A. TR. 1 kan kun udstedes for varer, der i udførselsstaten er omfattet af en af følgende kategorier:
   a) Varer, der er fremstillet i udførselsstaten herunder sådanne varer, der er fremstillet fuldt ud eller delvis af varer, for hvilke den told og de afgifter med tilsvarende virkning, der finder anvendelse på disse, er opkrævet, og som ikke har nydt godt af hel eller delvis godtgørelse af sådan told og sådanne afgifter.
   b) Varer, der er i fri omsætning i udførselsstaten (d. v. s. varer, som hidrører fra tredjeland, for hvilke indførselsformaliteterne er opfyldt, og for hvilke told og afgifter med tilsvarende virkning er blevet opkrævet, og som ikke har nydt godt af hel eller delvis godtgørelse af sådan told og sådanne afgifter).
   c) Varer, fremstillet i udførselsstaten, og til hvis fremstilling er medgået varer, for hvilke den told og de afgifter med tilsvarende virkning, som finder anvendelse på disse, ikke er opkrævet, eller som har nydt godt af en hel eller delvis godtgørelse af nævnte told eller afgifter, på betingelse af, at den for varerne fastsatte udligningsafgift er opkrævet.

      Anm.: Ethvert varecertifikat A. TR. 1 vedrørende varer, fremstillet i Fællesskabet ved anvendelse af varer, som hidrører fra tredjeland, og som hverken i Fællesskabet eller i Tyrkiet er belagt med den told og de afgifter med tilsvarende virkning, som finder anvendelse på disse, skal være påtegnet: »Udligningsafgift-Tyrkiet«.
   d) Varer, der oprindelig er indført fra en stat, der deltager i aftalen, og som ved udførsel kan henføres til en af de under a), b) eller c) nævnte kategorier.

      Anm.: For så vidt angår varer, der oprindelig er indført i udførselsstaten, og for hvilke der er udfærdiget et varecertifikat med påtegningen »Udligningsafgift-Tyrkiet«, skal det varecertifikat eller de varecertifikater A. TR. 1, som udstedes i stedet for dette, være påført den samme påtegning.
2. Landbrugsprodukter skal endvidere opfylde de supplerende betingelser, der er fastsat for sådanne produkter.
3. Varecertifikat A. TR. 1 kan ikke udstedes for varer, der oprindelig er indført fra tredjeland under en præferenceordning som følge af deres oprindelsesland eller afsendelsessted.

II. ANVENDELSESOMRÅDE FOR VARECERTIFIKAT A. TR. 1

Varecertifikat A. TR. 1 kan kun anvendes, såfremt varerne, for hvilke certifikatet er udstedt, forsendes direkte fra udførselsstaten til indførselsstaten.

Som direkte forsendelse fra udførselsstaten til indførselsstaten anses:

a) varer, hvis transport foregår uden passage af andre områder end Fællesskabets eller Tyrkiets.

b) varer, hvis transport foregår med passage af andre områder end Fællesskabets eller Tyrkiets eller som omlades i sådanne områder, såfremt transporten gennem disse områder foregår på et gennemgående transportdokument udfærdiget i Fællesskabet eller Tyrkiet.

Anm.: Eksportørem skal — før der fremsættes anmodning over for udførselsstatens toldmyndigheder — sikre sig, at varerne faktisk skal forsendes direkte til indførselsstaten. I tilfælde af, at transporten ikke gennemføres på disse betingelser, kan varerne kun nyde godt af en præferentiel behandling i sidstnævnte stat mod forevisning af et varecertifikat A. TR. 3.

III. REGLER, SOM SKAL IAGTTAGES VED UDSTEDELSEN AF VARECERTIFIKAT A. TR. 1

1. Varecertifikat A. TR. 1 skal udfædiges på et af de sprog, på hvilke associeringsaftalen er affattet og i overensstemmelse med udførselsstatens interne retsregler. Udfærdiges certifikatet på tyrkisk skal det ligeledes udfærdiges på et af Fællesskabets officielle sprog.
2. Varecertifikat A. TR. 1 udfærdiges med maskin- eller håndskrift; i sidstnævnte tilfælde skal det udfyldes med blæk og med blokbogstaver. Der må hverken forekomme raderinger eller overskrivninger. Ændringer skal foretages ved overstregning af de fejlagtige oplysninger, og i givet fald ved tilføjelse af de ønskede oplysninger. Enhver således foretaget ændring skal bekræftes af den, der har udstedt certifikatet, og påtegnes af toldmyndighederne.
3. Foran hver i varecertifikat A. TR. 1 angivet vare skal anføres et løbenummer. Umiddelbart under den sidste post trækkes en vandret afslutningsstreg. Ikke udfyldte felter skal ved overstregning gøres uanvendelige for tilføjelser.
4. Varerne anføres med deres sædvanlige handelsbetegnelse og så udførligt, at de kan identificeres.
5. Eksportøren eller fragtføreren kan på den del af certifikatet, der er bestemt til eksportørens erklæring, tilføje en henvisning til transportdokumentet. Det anbefales også eksportøren eller fragtføreren at forsyne de transportdokumenter, der er udfærdiget for varerne, med påtegning om varecertifikat A. TR. 1 's løbenummer.

IV. BETYDNINGEN AF VARECERTIFIKAT A. TR. 1

Når varecertifikat A. TR. 1 anvendes forskriftsmæssigt, kan de i certifikatet beskrevne varer i indførselsstaten nyde godt af gradvis afvikling af toldsatserne og fjernelse af de kvantitative restriktioner og andre forholdsregler med tilsvarende virkning. Såfremt varecertifikatet er påført »Udligningsafgift-Tyrkiet« kan de i certifikatet beskrevne varer dog ikke nyde godt af en præferentiel behandling i EF's medlemsstater.

Toldmyndighederne i indførselsstaten kan, når de anser det for nødvendigt, kræve fremlagt yderligere dokumentation, især de transportdokumenter, der er udfærdiget for varernes forsendelse.

V. FRISTEN FOR FORELÆGGELSE AF VARECERTIFIKAT A. TR. 1

Varecertifikat A. TR. 1 skal inden for en frist af tre måneder regnet fra datoen for dets udstedelse forelægges for det toldkammer i indførselsstaten, hvor varerne frembydes.

A.TR.3

ASSOCIERING E.Ø.F. - TYRKIET

VARECERTIFIKAT

WARENVERKEHRSBESCHEINIGUNG

MOVEMENT CERTIFICATE

CERTIFICAT DE CIRCULATION DES MARCHANDISES

CERTIFICATO DI CIRCOLAZIONE DELLE MERCI

CERTIFICAAT INZAKE GOEDERENVERKEER

MALLARIN DOLAŞIM BELGESİ

EKSPORTØRENS ERKLÆRING

Jeg underskrevne .....
(Eksportørens navn og fornavn eller virksomhedens navn samt fuldstændig adresse)

.....eksportør af de nedenfor beskrevne varer:

Løbenr.	KOLLI (1)		Varebeskrivelse	Told-position	Brutto-vægt	Nettovægt (kg) eller andet mål (hl, m³, m.v.)
	Mærker og numre	Antal og art				
1	2	3	4	5	6	7

Antal kolli i alt (spalte 3) ..... } (skrevet med bogstaver)
Samlet mængde (spalte 6) ..... }

Bemærkninger (2)

erklærer, at disse varer, der befinder sig i .....
opfylder forudsætningerne for at opnå dette certifikat (3)

Indladningssted .....

Afsendt, den ..... (dato) nr. .....

Varernes bestemmelsesland på udførselstidspunktet .....

....., den .....
(sted) (dato)

.....
(Eksportørens underskrift)

(1) For styrtegods oplyses henholdsvis skibets navn, jernbanevognens eller lastvognens nummer.
(2) Her anføres bl. a. i påkommende tilfælde »Udligningsafgift-Tyrkiet«, således som fastsat i note I, stk. 1, c) og d) på certifikatets sidste side.
(3) Se noterne på certifikatets sidste side.

FORBEHOLDT TOLDMYNDIGHEDERNE I UDFØRSELSSTATEN **A** 000000

TOLDMYNDIGHEDENS UNDERSØGELSE OG FREMGANGSMÅDEN VED IDENTIFIKATIONEN (1)

Rigtig og bekræftet erklæring

Udførselsdokument: Formular ..... Nr. ..... af .....

Toldkammer .....
(dato)

den .....
(dato)

Toldkamrets stempel

.....
(Tjenestemandens underskrift)

(1) Heri anfører udførselstoldstedet resultatet af undersøgelsen med alle enkelthederder, der kan lette identifikationen af varerne, herunder særlige identifikationsforanstaltninger, der er truffet, såsom forsegling (plombering), stempling o. s. v.
Hvis de under bagsidens note III, stk. 5, 3. punktum, omtalte identifikationshjælpemidler (fotografier, tegninger, stofprøver m. m.) er fastgjort på bagsiden af dette certifikat, skal toldstedet stemple disse på en sådan måde, at en del af stempelaftrykket findes på selve A. TR. 3 dokumentet.

Ikke udfyldte felter i denne rubrik skal ved overstregning gøres uanvendelige for tilføjelser.

ANMODNING OM UNDERSØGELSE

Undertegnede toldmyndighed anmoder om undersøgelse af dette certifikat med hensyn til ægtheden og rigtigheden

....., den .....
(sted) (dato)

Toldkamrets stempel

.....
(Tjenestemandens underskrift)

RESULTATET AF UNDERSØGELSEN

Toldmyndighedens undersøgelse har vist, at

1. dette certifikat er udstedt af det angivne toldkammer, og at angivelserne i det er rigtige (1);
2. dette certifikat ikke opfylder de stillede krav med hensyn til ægthed og rigtighed (se vedføjede bemærkninger) (1).

....., den .....
(sted) (dato)

Toldkamrets stempel

.....
(Tjenestemandens underskrift)

(1) Det ikke gældende udstreges.

I. VARER, FOR HVILKE VARECERTIFIKAT A. TR. 3 KAN UDSTEDES

1. Varecertifikat A. TR. 3 kan kun udstedes for varer, der i udførselsstaten er omfattet af en af følgende kategorier:

   a) Varer, der er fremstillet i udførselsstaten, herunder sådanne varer, der er fremstillet fuldt ud eller delvis af varer, for hvilke den told og de afgifter med tilsvarende virkning, der finder anvendelse på disse, er opkrævet, og som ikke har nydt godt af hel eller delvis godtgørelse af sådan told og sådanne afgifter.

   b) Varer, der er i fri omsætning i udførselsstaten (d. v. s. varer, som hidrører fra tredjeland, for hvilke indførselsformaliteterne er opfyldt, og for hvilke told og afgifter med tilsvarende virkning er blevet opkrævet, og som ikke har nydt godt af hel eller delvis godtgørelse af sådan told og sådanne afgifter).

   c) Varer, fremstillet i udførselsstaten, og til hvis fremstilling er medgået varer, for hvilke den told og de afgifter med tilsvarende virkning, som finder anvendelse på disse, ikke er opkrævet, eller som har nydt godt af en hel eller delvis godtgørelse af nævnte told eller afgifter, på betingelse af, at den for varerne fastsatte udligningsafgift er opkrævet.

   Anm.: Ethvert varecertifikat A. TR. 3 vedrørende varer, fremstillet i Fællesskabet ved anvendelse af varer, som hidrører fra tredjeland, og som hverken i Fællesskabet eller i Tyrkiet er belagt med den told og de afgifter med tilsvarende virkning, som finder anvendelse på disse, skal være påtegnet: »Udligningsafgift-Tyrkiet«.

   d) Varer, der oprindelig er indført fra en stat, der deltager i aftalen, og som ved udførsel kan henføres til en af de under a), b) eller c) nævnte kategorier.

   Anm.: For så vidt angår varer, der oprindelig er indført i udførselsstaten, og for hvilke der er udfærdiget et varecertifikat med påtegningen »Udligningsafgift-Tyrkiet«, skal det varecertifikat eller de varecertifikater A. TR. 3 som udstedes i stedet for dette, være påført den samme påtegning.

2. Landbrugsprodukter skal endvidere opfylde de supplerende betingelser, der er fastsat for sådanne produkter.

3. Varecertifikat A. TR. 3 kan ikke udstedes for varer:

   a) som i henhold til regler, der er fastsatte i denne henseende skal være forsendt direkte fra udførselsstaten til indførselsstaten.

   b) som oprindelig er importeret fra tredjeland under en toldpræferenceordning som følge af deres oprindelse eller afsendelsessted.

II. ANVENDELSESOMRÅDE FOR VARECERTIFIKAT A. TR. 3

Varecertifikat A. TR. 3 kan anvendes i alle de tilfælde hvor varecertifikat A. TR. 1 ikke kan anvendes fordi varerne ikke forsendes direkte fra udførselsstaten til indførselsstaten.

Som direkte forsendelse fra udførselsstaten til indførselsstaten anses:

a) varer, hvis transport foregår uden passage af andre områder end Fællesskabets eller Tyrkiets.

b) varer, hvis transport foregår med passage af andre områder end Fællesskabets eller Tyrkiets eller som omlades i sådanne områder, såfremt transporten gennem disse områder foregår på et gennemgående transportdokument udfærdiget i Fællesskabet eller Tyrkiet.

Varecertifikat A. TR. 3 vil især kunne benyttes for varer, der er udført fra en stat, der er aftalepartner, til et land, der ikke er aftalepartner, og hvorfra de efterfølgende skal genudføres til en stat, der er aftalepartner.

III. REGLER, SOM SKAL IAGTTAGES VED UDSTEDELSEN AF VARECERTIFIKAT A. TR. 3

1. Varecertifikat A. TR. 3 skal udfærdiges på et af de sprog, på hvilke associeringsaftalen er affattet og i overensstemmelse med udførselsstatens interne retsregler. Udfærdiges certifikatet på tyrkisk, skal det ligeledes udfærdiges på et af Fællesskabets officielle sprog.

2. Varecertifikat A. TR. 3 udfærdiges med maskin- eller håndskrift; i sidstnævnte tilfælde skal det udfyldes med blæk og med blokbogstaver. Der må hverken forekomme raderinger eller overskrivninger. Ændringer skal foretages ved overstregning af de fejlagtige oplysninger, og i givet fald ved tilføjelse af de ønskede oplysninger. Enhver således foretaget ændring skal bekræftes af den, der har udstedt certifikatet, og påtegnes af toldmyndighederne.

3. Varecertifikat A. TR. 3's side 2, der er benævnt »Eksportørens erklæring« skal være udtømmende udfyldt. Oplysning om indladningssted, forsendelsesdato og varernes bestemmelsesland på udførselstidspunktet er obligatoriske oplysninger.

4. Foran hver i varecertifikat A. TR 3 angivet vare skal anføres et løbenummer. Umiddelbart under den sidste post trækkes en vandret afslutningsstreg. Ikke udfyldte felter skal ved overstregning gøres uanvendelige for tilføjelser.

5. Varerne skal beskrives med deres sædvanlige handelsbetegnelse og med sådanne detaljer, at de let kan identificeres. Beskrivelsen skal fuldstændiggøres ved anførsel af toldposition for hver vare. Eksportøren skal vedlægge varecertifikat A. TR. 3 alle dokumenter, såsom tegninger, fotografier, kataloger m. v., som kan lette identifikationen af varerne. Hvis toldmyndighederne på udførselsstedet skønner det påkrævet, vedhæfter de disse dokumenter til varecertifikat A. TR. 3.

IV. BETYDNINGEN AF VARECERTIFIKAT A. TR. 3

Varecertifikat A. TR. 3 gør de muligt, at de varer, der er beskrevet deri, nyder godt af den gradvise afvikling af told og kvantitative restriktioner, herunder foranstaltninger med tilsvarende virkning, såfremt der ikke hersker tvivl om identiteten mellem de faktisk indførte varer og de varer, der er beskrevet i det pågældende varecertifikat A. TR. 3. Indeholder varecertifikater A. TR. 3 påtegningen »Udligningsafgift-Tyrkiet« kan de i certifikatet beskrevne varer ikke nyde godt af en præferentiel behandling i Fællesskabets medlemsstater. Toldmyndighederne i indførselsstaten er berettiget til at kræve fremlagt enhver yderligere dokumentation, hvis de finder, at identiteten af varer ikke er behørigt godtgjort, og de er ligeledes berettiget til at nægte adgang til den gradvise afvikling af told og kvantitative restriktioner, herunder foranstaltninger med tilsvarende virkning, hvis der ikke fremlægges tilfredsstillende dokumentation.

V. FRISTEN FOR FORELÆGGELSE AF VARECERTIFIKAT A. TR. 3

Varecertifikat A. TR. 3 skal inden for en frist af seks måneder regnet fra datoen for dets udstedelse forelægges for toldmyndighederne i indførselsstaten. Det er kun gyldigt for den mængde varer, der frembydes i denne stat inden for samme frist.